



RESULTADOS EM BR GAAP

INFORME DE RESULTADOS BR GAAP 1T13



ÍNDICE

ANÁLISE GERENCIAL DOS RESULTADOS - BR GAAP

RESUMO DOS DADOS DO PERÍODO	03
AMBIENTE MACROECONÔMICO	04
ESTRATÉGIA	05
EVENTOS RECENTES E SUBSEQUENTES	06
SUMÁRIO EXECUTIVO	07
RESULTADOS DO SANTANDER BRASIL	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL	08
BALANÇO PATRIMONIAL	12
CARTÕES	20
NOSSAS AÇÕES	21
RATINGS	22
GESTÃO DE RISCOS	23
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GOVERNANÇA CORPORATIVA	25
INFORMAÇÕES ADICIONAIS - BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS GERENCIAIS	26
RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONTÁBIL E DO RESULTADO GERENCIAL	29
DELIBERAÇÃO CVM 695	31



RESUMO DE DADOS DO PERÍODO

A tabela abaixo reflete os resultados gerenciais. A reconciliação com o resultado contábil poderá ser observada na página 29. É importante destacar, que os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 31 deste documento.

ANÁLISE GERENCIAL ¹ - BR GAAP	1T13	1T12	Var. 1T13x1T12	4T12	Var. 1T13x4T12
RESULTADOS (R\$ milhões)					
Margem Financeira Bruta	7.658	8.077	-5,2%	7.813	-2,0%
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	2.699	2.473	9,1%	2.639	2,3%
Resultado da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.371)	(3.091)	9,1%	(3.096)	8,9%
Despesas Gerais ²	(3.891)	(3.865)	0,7%	(4.132)	-5,8%
Lucro Líquido Gerencial³	1.519	1.774	-14,4%	1.607	-5,5%
Lucro Líquido Societário	609	865	-29,6%	697	-12,6%
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ milhões)					
Ativo total	448.601	417.245	7,5%	448.968	-0,1%
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	71.830	62.870	14,3%	76.832	-6,5%
Carteira de crédito	211.703	199.333	6,2%	211.959	-0,1%
Pessoa física	71.383	66.526	7,3%	71.287	0,1%
Financiamento ao consumo	36.208	36.402	-0,5%	36.806	-1,6%
Pequenas e médias empresas	36.135	33.083	9,2%	36.487	-1,0%
Grandes empresas	67.978	63.323	7,4%	67.379	0,9%
Carteira de crédito ampliada ⁴	256.152	236.479	8,3%	255.964	0,1%
Captação de clientes ⁵	195.342	191.362	2,1%	199.193	-1,9%
Patrimônio líquido final ⁶	51.133	48.022	6,5%	50.514	1,2%
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)					
Retorno sobre o patrimônio líquido médio excluindo ágio ⁶ - anualizado	12,0%	14,6%	-2,7 p.p.	12,8%	-0,9 p.p.
Retorno sobre o ativo total médio excluindo ágio ⁶ - anualizado	1,4%	1,8%	-0,4 p.p.	1,5%	-0,1 p.p.
Índice de Eficiência ⁷	44,3%	43,6%	0,7 p.p.	46,7%	-2,4 p.p.
Índice de Recorrência ⁸	69,4%	64,0%	5,4 p.p.	63,9%	5,5 p.p.
Índice de Basileia ⁹	21,5%	24,0%	-2,5 p.p.	20,8%	0,7 p.p.
INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA (%)					
Índice de Inadimplência (acima de 90 dias)	5,8%	4,8%	1,0 p.p.	5,5%	0,3 p.p.
Índice de Inadimplência (acima de 60 dias)	6,8%	6,1%	0,8 p.p.	6,6%	0,3 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	124,2%	134,5%	-10,2 p.p.	125,6%	-1,3 p.p.
OUTROS DADOS					
Fundos ¹⁰ (R\$ milhões)	141.404	135.033	4,7%	134.935	4,8%
Nº de Cartões de Crédito e Débito (mil)	48.991	43.511	12,6%	48.362	1,3%
Agências	2.405	2.360	45	2.407	(2)
PABs	1.341	1.416	(75)	1.381	(40)
Caixas eletrônicos	17.766	18.443	(677)	17.793	(27)
Total de Clientes (mil)	27.853	25.674	2.178	27.315	537
Total de Contas Correntes ¹¹ (mil)	21.074	19.691	1.383	20.789	286
Funcionários	53.484	55.053	(1.569)	53.992	(508)

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio e o efeito do hedge fiscal e considera a reclassificação de recuperação de crédito, conforme página 29.

2. Despesa administrativa exclui 100% da despesa de amortização do ágio, referente à aquisição do Banco Real. Despesa de pessoal inclui PLR.

3. Lucro Líquido Gerencial corresponde ao lucro líquido societário mais 100% da reversão da despesa de amortização do ágio, ocorrida no período. A despesa de amortização do ágio no 1T13 foi R\$ 909 milhões, 1T12 R\$ 909 milhões e 4T12 R\$ 909 milhões.

4. Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados a atividades de aquisição e avais e fianças).

5. Inclui Poupança, Depósitos à vista, Depósitos a prazo, Debêntures, LCA, LCI e Letras Financeiras.

6. Exclui 100% do saldo do ágio (líquido de amortização), que no 1T13 foi R\$ 12.097, 1T12 R\$ 15.665 milhões e 4T12 R\$ 12.937 milhões.

7. Eficiência: Despesas Gerais/(Margem Financeira Bruta + Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias + Despesas Tributárias + Outras Receitas/Despesas Operacionais).

8. Recorrência: (Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias) / Despesas gerais.

9. Índice segundo critério do Banco Central. Excluindo 100% do ágio apurado na aquisição do Banco Real, o índice seria: 18,4% para Mar/13, 19,8% para Mar/12 e 17,7% para Dez/12.

10. De acordo com o critério da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

11. Quantidade de contas de depósito à vista, de acordo com o BACEN.



AMBIENTE MACROECONÔMICO

A atividade econômica seguiu em lenta recuperação ao longo do quarto trimestre e início de 2013. O crescimento do PIB do quarto trimestre (último dado disponível), divulgado no mês de março, foi de 1,4% na comparação com o mesmo trimestre em 2011, acima do crescimento de 0,9% visto nos três meses anteriores. Os investimentos mostraram redução de 4,5%, enquanto o consumo das famílias apresentou expansão de 3,9%, no mesmo período. No lado da oferta, o destaque negativo ficou para a agropecuária, cuja produção apresentou redução de 7,5% por problemas de safra, comparado ao quarto trimestre de 2011. O desempenho da indústria, que havia mostrado debilidade por quatro trimestres, estabilizou no 4T12 e parece dar sinais de que as medidas do governo para recuperar a economia estão dando resultados.

A alta dos preços ao consumidor, medidos pelo IPCA, alcançou 6,59% nos 12 meses até março, patamar acima dos 5,84% observados em dezembro de 2012 e levemente superior ao teto da meta para a inflação em 2013. Os preços de serviços continuam a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços de bens duráveis seguem atenuando este movimento, ainda que em menor intensidade que aquela observada há alguns meses, em razão principalmente do impacto residual desinflacionário dos cortes de impostos implementados em preços de automóveis e outros bens. A elevação e difusão das pressões inflacionárias, a despeito do ritmo fraco de atividade econômica, levaram o Banco Central a iniciar um ciclo de ajuste dos juros em meados de abril, quando a taxa básica de juros foi elevada para 7,5% a.a.. Diante da expectativa de que tal movimento fosse ocorrer, a taxa média de juros cobrada nos empréstimos do sistema financeiro já sofreu elevação. Em fevereiro, a taxa média cobrada no crédito à pessoa física foi de 35,1% a.a., acima daquelas para o mês de dezembro (33,7% a.a.). O estoque

de crédito avançou 16,8% nos doze meses encerrados em fevereiro, chegando quase ao patamar de R\$2,4 trilhões (53,4% do PIB). O crédito imobiliário, que cresce ao ritmo de 34,3% em doze meses, continua superando a expansão das demais modalidades.

O ambiente global ainda frágil tem pesado sobre as exportações brasileiras, que mostraram aceleração na queda do valor acumulado nos 12 meses terminados em março em comparação com o ano anterior para 8,3%. As importações mostraram leve contração, de 1,9% no mesmo período, refletindo tanto moeda como demanda mais fracas. Como resultado, o superávit comercial continua em retração, acumulando US\$11,9 bilhões até março, abaixo dos US\$ 29,1 bilhões registrados no mesmo período do ano passado. Com isso, o déficit em transações correntes aumentou para US\$63,5 bilhões no período de 12 meses encerrado em fevereiro, com o ligeiro aumento nas remessas de lucros e dividendos para o exterior se somando ao menor resultado comercial. Do lado do financiamento, o fluxo de investimento estrangeiro direto (US\$63,7 bilhões) praticamente compensa o déficit em transações correntes. Ao final de março, a taxa de câmbio foi cotada ao redor de R\$2,01/US\$.

Nas contas públicas, as várias reduções de impostos anunciadas pelo governo para estimular a economia, combinadas ao menor ritmo de atividade econômica, levaram a uma arrecadação de impostos mais fraca e conseqüentemente a menor superávit primário, que alcançou 2,16% do PIB nos 12 meses encerrados em fevereiro. Mesmo a queda nas taxas de juros, nos meses anteriores, não impediu que a necessidade de financiamento do setor público subisse para 2,74% do PIB neste período. A dívida líquida do setor público alcançou 35,7% do PIB ao final de fevereiro.

ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS

	1T13	4T12	1T12
Risco país (EMBI)	165	149	197
Câmbio (R\$/ US\$ final)	2,014	2,044	1,822
IPCA (em 12 meses)	6,59%	5,84%	5,24%
Taxa Selic - Meta (a.a.)	7,25%	7,25%	9,75%
CDI ¹	1,62%	1,69%	2,46%
Ibovespa (em pontos/fechamento)	56.352	60.952	64.511

1. Taxa efetiva no trimestre.



ESTRATÉGIA

A estratégia do Santander segue apoiada nos seguintes objetivos:

- Ser o melhor banco em qualidade de serviço, apoiado na eficiência operacional da plataforma tecnológica;
- Melhorar o atendimento aos clientes, através da qualidade dos serviços prestados e da infraestrutura;
- Intensificar o relacionamento com todos os segmentos de clientes, convertendo-se no primeiro banco dos clientes;
- Aumentar os negócios nos principais segmentos para o Banco, como PMEs, cartões emissor, negócio adquirente, crédito imobiliário, financiamento de veículos e seguros;
- Aproveitar todas as oportunidades de ofertar produtos e serviços entre os diferentes segmentos;
- Continuar construindo e fortalecendo a marca Santander no Brasil, passando a figurar no TOP 3 de marcas financeiras;
- Manter a prudência na gestão dos riscos;

Esta estratégia está em linha com a missão anunciada pelo Banco de “Ter a preferência dos nossos clientes por ser o banco simples e seguro, eficiente e rentável, que busca constantemente melhorar a qualidade de tudo o que faz, com uma equipe que gosta de trabalhar junto para conquistar o reconhecimento e a confiança de todos.”

Nesse sentido, o Santander lançou no primeiro trimestre de 2013 a Conta Santander Combinada, uma proposta direcionada aos clientes, que reúne conta-corrente, cartão de crédito, pacote de serviços, cheque especial e outras vantagens diferenciadas. Desenvolvida sob quatro ofertas: Conta Combinada Free; Conta Combinada Flex; Conta Combinada Light e Conta Combinada Universitária FIT, esta proposta tem como objetivo, por um lado, oferecer opções de produtos e serviços para atender às necessidades e diferentes momentos na vida dos nossos clientes e, por outro, aumentar a vinculação.

Também neste primeiro trimestre, o Banco Santander, comunicou um novo segmento, o “Santander Select”, que é uma nova categoria de serviços financeiros, criado para oferecer um atendimento exclusivo e especializado aos clientes de alta renda. Esta proposta, desenvolvida a partir do modelo global e adaptado às características do mercado brasileiro, conta com espaços especializados na assessoria da gestão de patrimônio desses clientes, além de uma combinação de produtos e serviços diferenciados.

Além dessas novas estratégias, o Banco Santander também segue incrementando sua atividade comercial, por meio das parcerias como no segmento de cartões, com o acordo da Sodexo e Embratec e, no segmento de financiamento de veículos, com os acordos da Hyundai, Renault, Nissan e Peugeot.

No âmbito da sustentabilidade, a atuação do Santander segue pautada nos três pilares fundamentais: Inclusão Social e Financeira, Educação e Gestão e Negócios Socioambientais.

Outro aspecto importante da estratégia do Santander Brasil é a manutenção de níveis confortáveis de liquidez e independência de funding e capital em relação à sua matriz. Ao final de março de 2013, o índice de Basileia do Santander alcançou 21,5%, posicionando-o como o banco mais capitalizado entre os grandes bancos de varejo no Brasil.



EVENTOS RECENTES

ARQUIVAMENTO DO FORMULÁRIO 20-F

Em 29 de março de 2013, o Banco Santander publicou Comunicado ao Mercado a respeito do arquivamento do Formulário 20-F junto à Securities and Exchange Commission - EUA, ou SEC, e à Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM, do seu Relatório Anual Formulário 20-F (o "20-F"), no próprio dia 29 de março 2013.

Referido documento contém informações detalhadas sobre o Santander Brasil, incluindo certificações sob o Sarbanes-Oxley Act ("SOX"), que atestam a eficácia dos procedimentos e controles internos do Santander Brasil. Os Auditores independentes do Santander Brasil, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitiram um parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras e sobre a eficácia dos controles internos sobre os relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2012.

DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2013, foi aprovada a proposta da Diretoria Executiva, para a declaração e o pagamento, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2014, de Juros sobre o Capital Próprio da Companhia, no montante bruto de R\$ 300.000.000,00, que, após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), na forma da legislação em vigor, importam o valor líquido de R\$ 255.000.000,00. Referido pagamento será realizado a partir de 29 de agosto de 2013. Na mesma data, o Banco Santander publicou Aviso aos Acionistas.

EVENTOS SUBSEQUENTES

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA WEBMOTORS S.A. PELA CARSALES

Foi celebrado um acordo tendo por objetivo a participação da Carsales.com Limited (Carsales) no capital social da Webmotors (Operação), sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander, pelo valor de R\$180 milhões. A Operação será implementada mediante a aquisição, pela Carsales, de novas ações do capital social da Webmotors, que representarão 30% do capital total.

A parceria com a Carsales objetiva acelerar o crescimento da Webmotors e consolidar sua liderança no mercado brasileiro

de classificados on-line de veículos por meio de transferência de tecnologia e conhecimento, e maior independência e foco na operação.

A Carsales é uma empresa australiana líder no mercado australiano de classificados online de veículos com mais de 60% de participação, além de outras operações na Ásia e Oceania (China, Nova Zelândia, Tailândia, Malásia, Singapura, Indonésia e Dubai).

A conclusão da Operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a negociação e a celebração de contratos definitivos e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO SANTANDER

Em reunião realizada em 24 de abril de 2013, o Conselho de Administração (i) recebeu o pedido de renúncia do Sr. Marcial Angel Portela Alvarez ao cargo de Diretor Presidente do Banco Santander; e (ii) nomeou o Sr. Jesús Maria Zabalza Lotina para o cargo de Diretor Presidente, em substituição ao Sr. Marcial Portela, o qual permanecerá no cargo até a posse do Sr. Jesús Zabalza.

O Banco Santander comunicou, ainda, que o Sr. Marcial Portela, atual Vice-Presidente do Conselho de Administração, será indicado ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, e o atual Presidente do Conselho de Administração, Sr. Celso Clemente Giacometti, será indicado ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. Marcial Portela coordenou o processo de compra e de transição do Banco Real iniciado em 2007 e nos últimos 3 anos conduziu diretamente, como Diretor Presidente, as operações do Grupo Santander no Brasil, tendo sido responsável pelo reposicionamento estratégico da Companhia no mercado brasileiro. As nomeações aqui indicadas estarão sujeitas às aprovações societárias e legais pertinentes.



SUMÁRIO EXECUTIVO

O lucro líquido gerencial¹ do Santander totalizou R\$ 1.519 milhões no primeiro trimestre de 2013, redução de 14,4% em doze meses e 5,5% no trimestre. O patrimônio líquido totalizou R\$ 51.133 milhões em março de 2013, excluindo R\$ 12.097 milhões referentes ao ágio da aquisição do Banco Real. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) ajustado pelo ágio atingiu 12,0% no primeiro trimestre de 2013, redução de 0,9 p.p. no trimestre.

O índice de eficiência atingiu 44,3% no 1T13, com melhora de 2,4 p.p. em relação a dezembro de 2012, em razão, principalmente, do maior controle de despesas (-5,8%) e dos esforços visando o aumento da eficiência operacional e produtividade comercial.

- **Indicadores de Solidez:** o índice de Basileia alcançou 21,5%, em março de 2013, com redução de 2,5 p.p. em doze meses e aumento 0,7 p.p. no trimestre. O índice de cobertura (acima de 90 dias) atingiu 124,2% no primeiro trimestre de 2013.

A carteira de crédito total somou R\$ 211.703 milhões, em março de 2013, crescimento de 6,2% em doze meses, mantendo-se praticamente estável (-0,1%) no trimestre. A carteira de crédito ampliada, que inclui as outras operações com risco de crédito, ativos de adquirência e avais e fiança, somou R\$ 256.152 milhões ao final de março de 2013, com crescimento de 8,3% em doze meses e 0,1% no trimestre.

O segmento de pessoa física totalizou R\$ 71.383 milhões, com crescimento de 7,3% em doze meses e 0,1% no trimestre. Em doze meses, os produtos de maior destaque foram crédito imobiliário e consignado – carteira própria, que juntos responderam por 83% do aumento da carteira pessoa física, no período.

A carteira de financiamento ao consumo totalizou R\$ 36.208 milhões em março de 2013, com queda de 0,5% em doze meses e 1,6% no trimestre.

A carteira de pequenas e médias empresas totalizou R\$ 36.135 milhões, no mesmo período, registrando alta de 9,2%

em doze meses e queda de 1,0% no trimestre. O segmento de Grandes Empresas apresentou crescimento de 7,4% em doze meses e 0,9% em três meses.

O total de captações e fundos² atingiu R\$ 358.845 milhões, em março de 2013, com crescimento de 9,1% em relação ao mesmo período de 2012 e 1,8% no trimestre.

1. Lucro líquido Societário + reversão de 100% da despesa de amortização do ágio;
2. De acordo com o critério ANBIMA.



ANÁLISE GERENCIAL DOS RESULTADOS

A seguir apresentamos a análise dos resultados gerenciais. A reconciliação entre o resultado contábil e o gerencial poderá ser observada na página 29.

Conforme mencionamos na página 3, os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 31 deste documento.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL¹ (R\$ Milhões)

	1T13	1T12	Var. 1T13x1T12	4T12	Var. 1T13x4T12
Margem Financeira Bruta	7.658	8.077	-5,2%	7.813	-2,0%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.371)	(3.091)	9,1%	(3.096)	8,9%
Margem Financeira Líquida	4.287	4.986	-14,0%	4.717	-9,1%
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	2.699	2.473	9,1%	2.639	2,3%
Despesas Gerais	(3.891)	(3.865)	0,7%	(4.132)	-5,8%
Despesas de Pessoal+PLR	(1.753)	(1.829)	-4,2%	(1.850)	-5,3%
Outras Despesas Administrativas ²	(2.138)	(2.036)	5,0%	(2.282)	-6,3%
Despesas Tributárias	(750)	(803)	-6,6%	(786)	-4,6%
Resultados de Participações em Coligadas e Controladas	0	0	n.a.	(0)	n.a.
Outras Receitas / Despesas Operacionais ³	(831)	(881)	-5,7%	(820)	1,4%
Resultado Operacional	1.513	1.911	-20,8%	1.618	-6,5%
Resultado não operacional	87	43	102,4%	36	n.a.
Resultado antes de Impostos	1.600	1.954	-18,1%	1.654	-3,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(38)	(148)	-74,3%	(6)	n.a.
Participações dos Acionistas Minoritários	(43)	(31)	40,4%	(41)	5,1%
Lucro Líquido do Período	1.519	1.774	-14,4%	1.607	-5,5%

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio e o efeito do hedge fiscal e considera a reclassificação de recuperação de crédito, conforme página 29.

2. Despesa administrativa exclui 100% da despesa de amortização do ágio, referente à aquisição do Banco Real.

3. Inclui Receita Líquida de Prêmios, Renda de Previdência e Capitalização

MARGEM FINANCEIRA

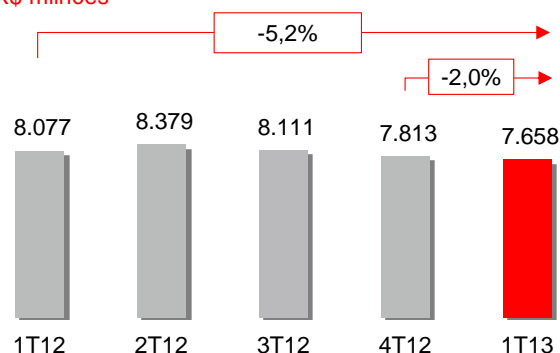
A margem financeira bruta, incluindo resultado de operações financeiras, atingiu R\$ 7.658 milhões no primeiro trimestre de 2013, queda de 5,2% em relação ao mesmo período do ano anterior e 2,0% no trimestre, em razão de menores receitas tanto da margem de crédito, quanto da margem de depósitos.

As receitas oriundas das operações de crédito apresentaram queda de 3,8% em doze meses e 4,8% no trimestre. A queda observada tanto no em doze meses quanto no trimestre é função da redução do spread médio da carteira, decorrente, principalmente, da mudança de mix,

que está associada ao aumento da participação dos produtos de menores spreads/ riscos no portfólio de crédito. O aumento de 6,7% no volume médio da carteira não foi suficiente para compensar a queda do spread.

As receitas de depósitos apresentaram queda de 29,2% em doze meses e 12,8% no trimestre. As menores receitas com depósitos, em ambos os períodos, refletem, principalmente, o impacto da redução da taxa Selic no diferencial entre Selic e as taxas pagas aos clientes.

Margem Financeira Bruta R\$ milhões



A linha de "Outros", que considera remuneração do capital, resultado do gap estrutural de taxa de juros do balanço, receitas com clientes em atividades de tesouraria entre outros, apresentou queda de 6,4% em doze meses e alta de 10,8% no trimestre. O aumento no trimestre é explicado, principalmente, por maiores ganhos de atividades com o mercado.

MARGEM FINANCEIRA BRUTA (R\$ Milhões)	1T13	1T12	Var. 1T13x1T12	4T12	Var. 1T13x4T12
Margem Financeira Bruta	7.658	8.077	-5,2%	7.813	-2,0%
Créditos	5.809	6.042	-3,8%	6.101	-4,8%
Volume médio	208.640	195.499	6,7%	208.369	0,1%
Spread (a.a.)	11,3%	12,4%	-1,10 p.p.	11,6%	-0,33 p.p.
Depósitos	174	246	-29,2%	200	-12,8%
Volume médio	120.512	118.757	1,5%	121.764	-1,0%
Spread (a.a.)	0,6%	0,8%	-0,24 p.p.	0,7%	-0,06 p.p.
Outros¹	1.675	1.790	-6,4%	1.512	10,8%

1. Inclui outras margens e Resultado de Operações Financeiras.

RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias somaram R\$ 2.699 milhões no primeiro trimestre de 2013, alta de 9,1% em doze meses, impulsionada por cartões de crédito. No trimestre apresentou evolução de 2,3%, com destaque para a linha de seguros.

As comissões com cartões totalizaram R\$ 843 milhões no primeiro trimestre de 2013, crescimento de 30,5% doze meses (ou R\$ 197 milhões), em razão, principalmente, do aumento das transações com cartões e maiores receitas com serviços de aquisição. No trimestre, a queda de 2,8% nas comissões com cartões reflete o efeito sazonal dos últimos meses do ano.

As comissões com seguros somaram R\$ 533 milhões no primeiro trimestre de 2013, crescimento de 57,7% (ou R\$ 195 milhões) no trimestre, explicado, principalmente, pelo efeito sazonal (de R\$ 158MM) das renovações de apólices, que se concentram nos primeiros meses do ano. Este efeito não impacta a comparação em doze meses, que apresentou crescimento de 15,9% (ou R\$ 73 milhões).

As comissões com operações de crédito totalizaram R\$ 199 milhões, queda de 26,8% em doze meses e 13,8% no trimestre. A queda em doze meses é decorrente da redução no volume de negócios e redução de tarifas. No trimestre a queda é essencialmente explicada pelo menor volume de operações.

As comissões com serviços de corretagem somaram R\$ 111 milhões no primeiro trimestre de 2013, crescimento de 27,2% em doze meses. No trimestre apresentou redução de 15,8%.

RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS (R\$ Milhões)	1T13	1T12	Var. 1T13x1T12	4T12	Var. 1T13x4T12
Cartões¹	843	646	30,5%	867	-2,8%
Comissões de Seguros	533	460	15,9%	338	57,7%
Serviços de Conta Corrente	415	393	5,6%	422	-1,7%
Receitas de Administração de Fundos, Consórcios e Bens	281	327	-14,1%	300	-6,4%
Operações de Crédito	199	272	-26,8%	231	-13,8%
Cobrança e Arrecadações	188	171	9,9%	188	-0,1%
Serviços de Corretagem, Custódia, Colocação de Títulos	111	87	27,2%	132	-15,8%
Outras	129	117	10,2%	161	-19,9%
Total	2.699	2.473	9,1%	2.639	2,3%



DESPESAS GERAIS (ADMINISTRATIVAS + PESSOAL)

As despesas administrativas e de pessoal, excluindo depreciação e amortização, somaram R\$ 3.436 milhões no primeiro trimestre de 2013, queda de 0,9% em doze meses (ou R\$ 32 milhões) e 6,9% (ou R\$ 254 milhões) no trimestre, em razão do maior controle de despesas e dos esforços visando o aumento da eficiência operacional e produtividade comercial.

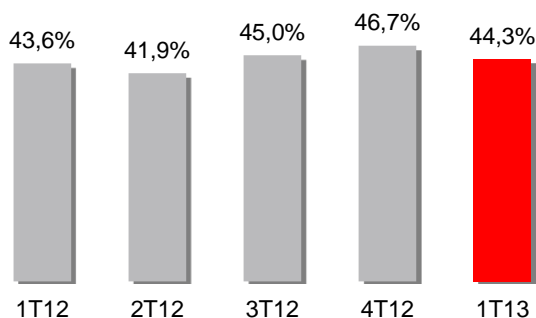
As despesas com pessoal, incluindo PLR, somaram R\$ 1.753 milhões no primeiro trimestre de 2013, registrando queda de 4,2% em doze meses (ou R\$ 76 milhões), principalmente, pela redução na linha de remuneração. No trimestre, a queda de 5,3% (ou R\$ 97 milhões), é explicada principalmente por menores despesas com encargos e remuneração.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 2.138 milhões no primeiro trimestre de 2013, alta de 5,0% em doze meses (ou R\$ 102 milhões) e queda de 6,3% em três meses (ou R\$ 144 milhões). A queda no trimestre pode ser explicada pela redução nos gastos com “propaganda, promoção e publicidade”, “serviços técnicos especializados e de terceiros” e “processamento de dados”, que juntos responderam por aproximadamente 80% da redução das despesas administrativas, no trimestre.

As despesas de depreciação e amortização, que refletem os investimentos realizados na expansão dos negócios, totalizaram R\$ 455 milhões no primeiro trimestre de 2013, aumento de 14,7% em doze meses e 3,0% no trimestre.

As despesas gerais, incluindo depreciação e amortização, apresentam crescimento de 0,7% (ou R\$ 26 milhões) em doze meses e queda de 5,8% (ou R\$ 241 milhões) no trimestre. O índice de eficiência¹ atingiu 44,3% no primeiro trimestre de 2013, com melhora de 2,4 p.p. em relação ao trimestre anterior.

Índice de Eficiência¹
%



¹ Eficiência: Despesas Gerais/(Margem Financeira Bruta + Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias + Despesas Tributárias + Outras Receitas/Despesas Operacionais)

ABERTURA DE DESPESAS (R\$ Milhões)

	1T13	1T12	Var. 1T13x1T12	4T12	Var. 1T13x4T12
Serviços técnicos especializados e de terceiros	535	522	2,5%	567	-5,6%
Propaganda, promoções e publicidade	71	86	-17,5%	149	-52,3%
Processamento de dados	305	307	-0,8%	319	-4,5%
Comunicações	155	150	3,5%	156	-1,0%
Aluguéis	175	147	19,3%	163	7,3%
Transporte e viagens	49	50	-2,0%	52	-4,1%
Segurança e vigilância	139	137	1,9%	142	-1,8%
Manutenção e conservação de bens	46	48	-3,9%	50	-7,8%
Serviços do Sistema Financeiro	79	64	23,7%	80	-1,3%
Água, Energia e Gás	45	45	-0,6%	44	1,4%
Material	24	28	-15,1%	27	-13,9%
Outras	61	56	8,6%	90	-32,7%
Subtotal	1.683	1.639	2,7%	1.840	-8,5%
Depreciação e amortização ¹	455	397	14,7%	442	3,0%
Total Despesas Administrativas	2.138	2.036	5,0%	2.282	-6,3%
Remuneração ²	1.110	1.204	-7,8%	1.153	-3,8%
Encargos	332	330	0,6%	393	-15,4%
Benefícios	288	267	7,6%	250	15,3%
Treinamento	20	24	-17,5%	51	-61,3%
Outras	4	4	-7,5%	5	-19,8%
Total Despesas com Pessoal	1.753	1.829	-4,2%	1.850	-5,3%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS + DESPESAS DE PESSOAL (exclui deprec. / amortização)	3.436	3.468	-0,9%	3.690	-6,9%
TOTAL DESPESAS GERAIS	3.891	3.865	0,7%	4.132	-5,8%

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, que no 1T13 foi de R\$ 909 milhões, 4T12 foi de R\$ 909 milhões e 1T12 R\$ 909 milhões.

2. Inclui participação no Lucro



PROVISÕES DE CRÉDITO

O resultado de créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$ 3.371 milhões, com alta de 9,1% em doze meses e 8,9% no trimestre. O aumento no trimestre é explicado, principalmente, pela redução 31,8% nas receitas de recuperação de crédito no período.

RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (R\$ Milhões)	1T13	1T12	Var. 1T13x1T12	4T12	Var. 1T13x4T12
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.716)	(3.424)	8,5%	(3.601)	3,2%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	345	334	3,4%	505	-31,8%
Resultado de Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.371)	(3.091)	9,1%	(3.096)	8,9%

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas e despesas operacionais somaram R\$ 831 milhões no primeiro trimestre de 2013, redução de 5,7% em doze meses e aumento de 1,4% no trimestre.

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ Milhões)	1T13	1T12	Var. 1T13x1T12	4T12	Var. 1T13x4T12
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(831)	(881)	-5,7%	(820)	1,4%
Despesa com comercialização de cartões	(480)	(357)	34,7%	(490)	-1,9%
Receita Líquida de Prêmios, Renda de Previdência e Cap.	69	105	-34,7%	82	-16,7%
Provisões para contingências ¹	(312)	(471)	-33,6%	(308)	1,5%
Outras	(107)	(159)	-32,7%	(105)	2,3%

1. Inclui provisões fiscais, cíveis e trabalhista.

IMPOSTOS SOBRE A RENDA

O total de impostos atingiu R\$ 38 milhões no primeiro trimestre de 2013, redução de 74,3% em doze meses.



BALANÇO PATRIMONIAL

Os ativos totais registraram saldo de R\$ 448.601 milhões em março de 2013, alta de 7,5% em doze meses e queda de 0,1% no trimestre. O patrimônio líquido, totalizou no mesmo período, R\$ 63.230 milhões. Excluindo o ágio referente a aquisição do Banco Real, o patrimônio líquido somou R\$ 51.133 milhões.

Conforme mencionamos na página 3, os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 31 deste documento.

ATIVO (R\$ Milhões)	Mar/13	Mar/12	Var.	Dez/12	Var.
		Mar13xMar12		Mar13xDez12	
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	426.550	393.073	8,5%	426.108	0,1%
Disponibilidades	5.256	5.658	-7,1%	4.742	10,8%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	47.250	29.220	61,7%	36.771	28,5%
Aplicações no Mercado Aberto	32.458	21.535	50,7%	21.354	52,0%
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.950	4.948	-20,2%	4.616	-14,4%
Aplicações em Moedas Estrangeiras	10.843	2.738	296,1%	10.801	0,4%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	71.830	62.870	14,3%	76.832	-6,5%
Carteira Própria	36.541	28.047	30,3%	37.869	-3,5%
Vinculados a Compromissos de Recompra	16.533	19.191	-13,8%	20.225	-18,3%
Vinculados ao Banco Central	1.274	1.579	-19,3%	1.487	-14,3%
Vinculados à Prestação de Garantias	13.315	10.319	29,0%	12.417	7,2%
Outros	4.167	3.733	11,6%	4.834	-13,8%
Relações Interfinanceiras	34.004	44.098	-22,9%	34.517	-1,5%
Relações Interdependências	1	3	n.a.	2	n.a.
Carteira de Crédito	196.434	187.355	4,8%	197.370	-0,5%
Carteira de Crédito	211.703	199.333	6,2%	211.959	-0,1%
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Liquidação Duvidosa)	47 (15.317)	- (11.979)	n.a. 27,9%	- (14.589)	n.a. 5,0%
Outros Créditos	70.154	62.413	12,4%	74.258	-5,5%
Outros Valores e Bens	1.621	1.457	11,3%	1.617	0,3%
Permanente	22.051	24.172	-8,8%	22.860	-3,5%
Investimentos Temporários	45	40	12,6%	40	13,5%
Imobilizado de Uso	5.752	4.951	16,2%	5.602	2,7%
Intangível	16.254	19.181	-15,3%	17.218	-5,6%
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.241	27.037	-2,9%	26.172	0,3%
Outros Ativos Intangíveis (Amortizações Acumuladas)	7.099 (17.086)	6.305 (14.161)	12,6% 20,7%	7.117 (16.072)	-0,3% 6,3%
Total do Ativo	448.601	417.245	7,5%	448.968	-0,1%
Ágio líquido de amortização	12.097	15.665	-22,8%	12.937	-6,5%
Ativo (excluindo o ágio)	436.503	401.579	8,7%	436.031	0,1%



PASSIVO (R\$ Milhões)	Mar/13	Mar/12	Var.	Dez/12	Var.
			Mar13xMar12		Mar13xDez12
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	384.184	352.805	8,9%	384.466	-0,1%
Depósitos	122.776	122.907	-0,1%	126.545	-3,0%
Depósitos à Vista	12.717	11.817	7,6%	13.457	-5,5%
Depósitos de Poupança	27.915	23.922	16,7%	26.857	3,9%
Depósitos Interfinanceiros	3.474	2.953	17,6%	3.392	2,4%
Depósitos a Prazo	78.669	84.214	-6,6%	82.839	-5,0%
Captações no Mercado Aberto	79.663	66.548	19,7%	72.529	9,8%
Carteira Própria	55.742	51.222	8,8%	56.655	-1,6%
Carteira de Terceiros	14.195	8.460	67,8%	7.344	93,3%
Carteira de Livre Movimentação	9.726	6.865	41,7%	8.530	14,0%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	58.498	47.406	23,4%	56.294	3,9%
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	40.115	36.807	9,0%	39.742	0,9%
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	17.127	9.805	74,7%	15.298	11,9%
Outras	1.257	793	58,5%	1.253	0,3%
Relações Interfinanceiras	1.710	1.530	11,8%	19	n.a.
Relações Interdependências	1.261	1.195	5,5%	2.002	-37,0%
Obrigações por Empréstimos	16.024	13.108	22,2%	16.001	0,1%
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	9.737	10.063	-3,2%	9.385	3,8%
Obrigações por Repasses do Exterior	27	499	-94,5%	41	-32,6%
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.132	3.805	8,6%	5.205	-20,6%
Outras Obrigações	90.355	85.744	5,4%	96.446	-6,3%
Resultados de Exercícios Futuros	275	202	36,2%	222	23,8%
Participação dos Acionistas Minoritários	912	552	65,2%	829	10,0%
Patrimônio Líquido	63.230	63.687	-0,7%	63.452	-0,3%
Total do Passivo	448.601	417.245	7,5%	448.968	-0,1%
Patrimônio Líquido (excluindo o ágio)	51.133	48.022	6,5%	50.514	1,2%

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O total de títulos e valores mobiliários somou R\$ 71.830 milhões em março de 2013, crescimento de 14,3% em doze meses e redução de 6,5% no trimestre. A variação no trimestre pode ser explicada pela redução em títulos públicos.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (R\$ Milhões)	Mar/13	Mar/12	Var.	Dez12	Var.
			Mar13xMar12		Mar13xDez12
Títulos Públicos	51.442	45.056	14,2%	56.573	-9,1%
Títulos Privados	16.224	14.083	15,2%	15.428	5,2%
Instrumentos Financeiros	4.164	3.731	11,6%	4.831	-13,8%
Total	71.830	62.870	14,3%	76.832	-6,5%



CARTEIRA DE CRÉDITO

A evolução da carteira de crédito segue em um ritmo mais moderado de crescimento. Ao final de março de 2013, a carteira de crédito total somou R\$ 211.703 milhões, com crescimento de 6,2% em doze meses e redução de 0,1% no trimestre. Em doze meses, a depreciação do Real frente ao Dólar, impactou a carteira de crédito em moeda estrangeira, que inclui também as operações indexadas em Dólar, levando ao aumento desta carteira. Desconsiderando o efeito da variação cambial, o crescimento da carteira total, nesse período seria 4,9%.

O saldo da carteira em moeda estrangeira, incluindo as operações indexadas em Dólar, totalizou no 1T13 R\$ 23,8 bilhões, aumento de 2,6% em relação ao saldo de R\$ 23,2 bilhões no 4T12 e redução de 1,3% em relação ao saldo de R\$ 24,1 bilhões de março de 2012.

A carteira de crédito ampliada, que inclui as outras operações com risco de crédito, ativos de aquisição e avais e fiança, somou R\$ 256.152 milhões ao final de março de 2013, com crescimento de 8,3% em doze meses e 0,1% no trimestre.

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)	Mar/13	Mar/12	Var.	Dez12	Var.
			Mar13xMar12	Mar13xDez12	
Pessoa física	71.383	66.526	7,3%	71.287	0,1%
Financiamento ao consumo	36.208	36.402	-0,5%	36.806	-1,6%
Pequenas e Médias empresas	36.135	33.083	9,2%	36.487	-1,0%
Grandes Empresas	67.978	63.323	7,4%	67.379	0,9%
Total da Carteira	211.703	199.333	6,2%	211.959	-0,1%
Outras operações com riscos de crédito ¹	44.449	37.145	19,7%	44.005	1,0%
Total Carteira Ampliada	256.152	236.479	8,3%	255.964	0,1%

1. Inclui debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados às atividades de aquisição e avais e fianças

CRÉDITO PESSOA FÍSICA

O crédito à pessoa física totalizou em março de 2013 R\$ 71.383 milhões, alta de 7,3% (ou R\$ 4.857 milhões) em doze meses e 0,1% no trimestre (ou R\$ 96 milhões). Em doze meses, os produtos de maior destaque foram crédito imobiliário e consignado - carteira própria, que juntos responderam por 83% do aumento da carteira pessoa física, no período.

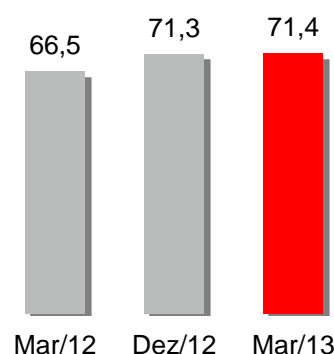
A carteira de cartões totalizou R\$ 14.919 milhões, alta de 8,1% em doze meses e queda de 7,8% no trimestre (ou R\$ 1.255 milhões), em razão, principalmente, da sazonalidade do período.

O saldo do crédito imobiliário alcançou R\$ 12.492 milhões em março de 2013, alta de 31,2% em doze meses e 5,8% no trimestre (ou R\$ 680 milhões).

O volume da carteira de consignado, excluindo o montante de carteira adquirida, somou R\$ 13.904 milhões, com aumento de 8,1% em doze meses e 2,6% no trimestre.

A carteira de crédito à pessoa física também inclui R\$ 2,8 bilhões de leasing/veículos originados através da rede de agências do Santander. Nos últimos meses, o Santander tem atuado no aumento dessas operações através da rede de agências, mostrando um crescimento superior, às operações originadas por meio da rede de correspondentes bancários (financeira), conforme observado na sessão seguinte.

Pessoa Física
R\$ bilhões



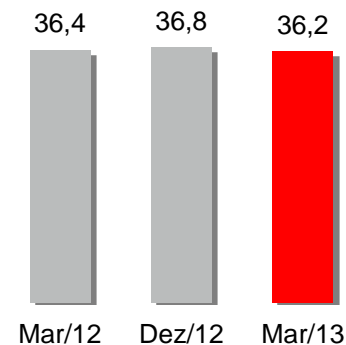


FINANCIAMENTO AO CONSUMO

A carteira de financiamento ao consumo, que é originada fora da rede de agências, totalizou R\$ 36.208 milhões em março de 2013, com queda de 0,5% em doze meses e 1,6% no trimestre. Do total de R\$ 36.208 milhões da carteira de financiamento ao consumo, R\$ 30.041 milhões refere-se a financiamentos de veículos para pessoa física.

Portanto, considerando a carteira total de veículos para pessoa física, que inclui as operações realizadas através de correspondentes bancários (financeira) e pela rede agências, em março de 2013 esta carteira alcançou R\$ 32.896 milhões, crescimento de 2,9% em doze meses.

Financiamento ao Consumo
R\$ bilhões



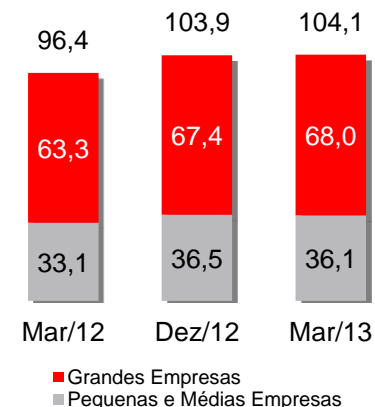
CRÉDITO PESSOA JURÍDICA

O crédito concedido à pessoa jurídica, somou R\$ 104.112 milhões em março de 2013, com alta de 8,0% em doze meses e 0,2% no trimestre.

A carteira de crédito de Grandes Empresas somou R\$ 67.978 milhões, com crescimento de 7,4% em doze meses e 0,9% no trimestre. A evolução dessa carteira, em doze meses, foi positivamente impactada pelo efeito da variação cambial. Excluindo este efeito, o crescimento seria de 3,3%.

O volume de crédito destinado ao segmento de Pequenas e Médias Empresas somou R\$ 36.135 milhões em março de 2013, alta de 9,2% em doze meses e queda de 1,0% no trimestre.

Pessoa Jurídica
R\$ bilhões





CARTEIRA DE CRÉDITO PESSOA JURÍDICA E PESSOA FÍSICA POR PRODUTO

ABERTURA GERENCIAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR PRODUTOS (R\$ Milhões)	Mar/13	Mar/12	Var.	Dez12	Var.
		Mar13xMar12		Mar13xDez12	
Pessoa Física					
Leasing / Veículos ¹	2.855	2.326	22,7%	2.744	4,0%
Cartão de Crédito	14.919	13.798	8,1%	16.174	-7,8%
Consignado ²	15.029	15.194	-1,1%	14.772	1,7%
Carteira própria	13.904	12.861	8,1%	13.548	2,6%
Carteira adquirida	1.125	2.333	-51,8%	1.224	-8,1%
Crédito Imobiliário	12.492	9.518	31,2%	11.812	5,8%
Crédito Rural	2.422	2.516	-3,7%	2.163	12,0%
Crédito Pessoal/Outros	23.666	23.175	2,1%	23.621	0,2%
Total Pessoa Física	71.383	66.526	7,3%	71.287	0,1%
Financiamento ao consumo	36.208	36.402	-0,5%	36.806	-1,6%
Pessoa Jurídica					
Leasing / Veículos	3.556	3.149	12,9%	3.508	1,4%
Crédito Imobiliário	7.824	6.525	19,9%	7.789	0,5%
Comércio Exterior	15.823	16.680	-5,1%	15.948	-0,8%
Repasses	8.181	9.026	-9,4%	7.811	4,7%
Crédito Rural	2.482	1.748	42,0%	2.221	11,7%
Capital de Giro/Outros	66.245	59.278	11,8%	66.588	-0,5%
Total Pessoa Jurídica	104.112	96.406	8,0%	103.865	0,2%
Carteira de Crédito Total	211.703	199.333	6,2%	211.959	-0,1%
Outras operações com riscos de crédito ³	44.449	37.145	19,7%	44.005	1,0%
Carteira de Crédito Ampliada	256.152	236.479	8,3%	255.964	0,1%

1. Incluindo financiamento ao consumo, a carteira de veículos PF totalizou R\$ 32.896 MM no 1T13, R\$ 32.765 MM no 4T12 e R\$ 31.983 MM no 1T12.

2. Inclui compra de carteira de consignado.

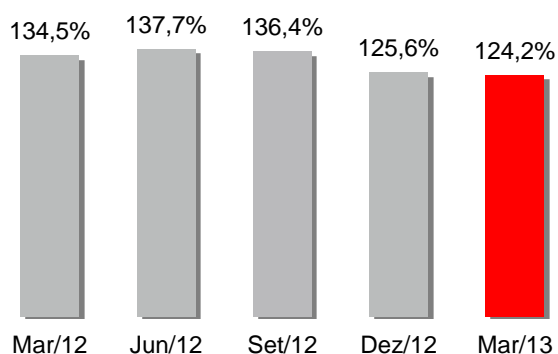
3. Inclui debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados a atividades de adquirencia e avais e fianças.

PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS / COBERTURA

O saldo das provisões para crédito de liquidação duvidosa totalizou R\$ 15.317 milhões em março de 2013, crescimento de 27,9% em doze meses e 5,0% no trimestre.

O índice de cobertura BR GAAP é obtido por meio da divisão do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, pelo saldo das operações vencidas há mais de 90 dias. No primeiro trimestre de 2013, o indicador atingiu 124,2%, mantendo-se em patamares confortáveis.

Cobertura (over 90 dias)



CARTEIRA DE RENEGOCIAÇÃO

As operações de crédito renegociadas totalizaram R\$ 11.139 milhões em março de 2013, mostrando um crescimento de 27,2% frente aos R\$ 8.757 milhões do mesmo período de 2012. Nestas operações estão incluídos os contratos de crédito que foram prorrogados e/ou modificados para permitir o seu recebimento em condições acordadas com os clientes, inclusive as renegociações de operações baixadas a prejuízo no passado. No trimestre, o crescimento nas renegociações foi de 1,3%.

Em março de 2013, 50,4% das renegociações estavam cobertas por provisões frente aos 48,2% em março de 2012. Estes níveis são considerados adequados às características destas operações.

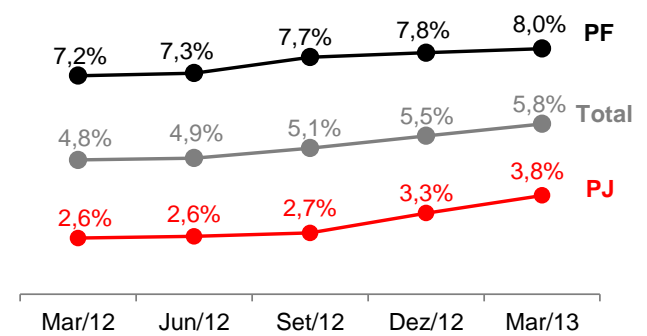
CARTEIRA DE CRÉDITO - RENEGOCIAÇÃO
(R\$ Milhões)

	Mar/13	Mar/12	Var. Mar13xMar12	Dez12	Var. Mar13xDez12
Créditos Renegociados	11.139	8.757	27,2%	10.992	1,3%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.617)	(4.223)	33,0%	(5.633)	-0,3%
Cobertura	50,4%	48,2%	2,2 p.p.	51,2%	-0,8 p.p.

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA (ACIMA DE 90 DIAS)

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 5,8% do total da carteira de crédito, mostrando elevação de 1,0 p.p. em doze meses e 0,3p.p. quando comparado a dezembro de 2012. No trimestre, a evolução do índice foi impactada pela redução da carteira de crédito (efeito denominador). A inadimplência pessoa física alcançou 8,0%, com aumento de 0,2p.p. no trimestre. Por outro lado, no segmento de pessoa jurídica, a inadimplência mostrou elevação de 0,5 p.p. no trimestre, alcançando 3,8%.

Índice de Inadimplência¹ - (Over 90)

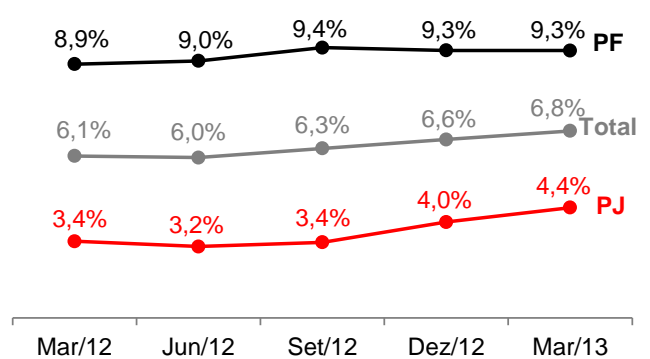


1. Operações vencidas há mais de 90 dias/carteira de crédito em BR GAAP

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA (ACIMA DE 60 DIAS)

O índice de inadimplência acima de 60 dias, atingiu 6,8% em março de 2013, registrando alta de 0,7 p.p. em doze meses e 0,2 p.p. no trimestre. A inadimplência pessoa física manteve-se estável no trimestre e a inadimplência pessoa jurídica aumentou 0,4 p.p., no mesmo período. A inadimplência de 15-90 totalizou 4,9%, apresentando melhora de 1,0 p.p. em doze meses e mantendo-se estável no trimestre.

Índice de Inadimplência¹ - (Over 60)



1. Operações vencidas há mais de 60 dias/carteira de crédito em BR GAAP



CAPTAÇÃO

O total de captações de clientes somou R\$ 195.342 milhões em março de 2013, com crescimento de 2,1% em doze meses e queda de 1,9% em três meses. Em 12 meses destaque para o crescimento de depósito de poupança (+16,7%), captações com lastro em debêntures, LCI e LCA (+8,0%) e depósito à vista (+7,6%). No trimestre, destaque para depósito poupança (+3,9%) e letras financeiras (+1,2%).

CAPTAÇÃO (R\$ Milhões)	Mar/13	Mar/12	Var. Mar13xMar12	Dez12	Var. Mar13xDez12
Depósitos à vista	12.717	11.817	7,6%	13.457	-5,5%
Depósitos de poupança	27.915	23.922	16,7%	26.857	3,9%
Depósitos a Prazo	78.669	84.214	-6,6%	82.839	-5,0%
Debêntures/LCI/LCA ¹	49.235	45.603	8,0%	49.548	-0,6%
Letras Financeiras	26.804	25.805	3,9%	26.493	1,2%
Captação de Clientes	195.342	191.362	2,1%	199.193	-1,9%

1. Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letra de Crédito Agrícola.

RELAÇÃO ENTRE CRÉDITO E CAPTAÇÃO

A relação entre a carteira de empréstimos e a captação de clientes, alcançou 108% em março de 2013, um aumento de 2,0 p.p. em relação ao trimestre anterior.

Já a métrica de liquidez ajustada ao impacto dos (altos) compulsórios no Brasil e ao *funding* de médio / longo prazo atingiu 97% em março de 2013, mantendo-se estável em relação ao trimestre anterior.

O banco encontra-se em confortável situação de liquidez, com fontes de captação estáveis e adequada estrutura de *funding*.

CAPTAÇÕES VS. CRÉDITO (R\$ Milhões)	Mar/13	Mar/12	Var. Mar13xMar12	Dez12	Var. Mar13xDez12
Captação de Clientes (A)	195.342	191.362	2,1%	199.193	-1,9%
(-) Depósitos Compulsórios	(32.222)	(42.236)	-23,7%	(34.310)	-6,1%
Captações Líquidas de Depósitos Compulsórios	163.119	149.126	9,4%	164.883	-1,1%
Obrigações por Repasses - país	9.850	10.063	-2,1%	9.507	3,6%
Dívida subordinada	11.407	11.199	1,9%	11.919	-4,3%
Captações no Exterior	33.065	23.413	41,2%	31.218	5,9%
Total Captações (B)	217.441	193.800	12,2%	217.528	0,0%
Fundos ¹	141.404	135.033	4,7%	134.935	4,8%
Total de Captações e Fundos	358.845	328.833	9,1%	352.463	1,8%
Total Crédito Clientes (C)	211.703	199.333	6,2%	211.959	-0,1%
C / B (%)	97%	103%		97%	
C / A (%)	108%	104%		106%	

1. De acordo com o critério ANBIMA.

ÍNDICE DE BASILÉIA

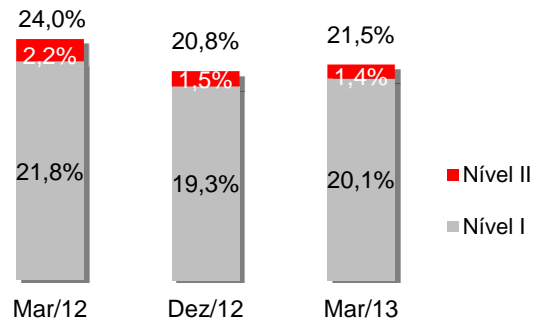
O índice de Basileia alcançou 21,5% em março de 2013, com redução de 2,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior e aumento de 0,7 p.p. em relação a dezembro de 2012.

De acordo com as regras de capital regulatório no Brasil, este indicador considera o valor do ágio para o cálculo do patrimônio de referência. O índice mínimo, pelas regras brasileiras, é de 11%.

Excluindo o ágio apurado na aquisição do Banco Real, o índice de Basileia atingiu 18,4% em março de 2013, frente aos 19,8% em março de 2012.

Em março de 2013, o Bacen tornou público as normas relacionadas à definição de capital e aos requerimentos de capital regulamentar com o objetivo de implantar no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, (Basileia III). Os principais objetivos são: (i) aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia; (ii) reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia; (iii) auxiliar a manutenção da estabilidade financeira; e (iv) promover o crescimento econômico sustentável. A aplicação das novas regras de Basileia III inicia-se a partir de 1º de outubro de 2013. Outras medidas estão em discussão no Comitê de Basileia, como as relacionadas ao Índice de Alavancagem e aos requerimentos mínimos quantitativos para liquidez das instituições financeiras, e que serão alvo de regulamentações futuras.

Índice de Basileia
%



RECURSOS PRÓPRIOS e BIS (R\$ Milhões)

	Mar/13	Mar/12	Var. Mar13xMar12	Dez12	Var. Mar13xDez12
Patrimônio de Referência Nível I Ajustado	63.242	65.309	-3,2%	65.213	-3,0%
Patrimônio de Referência Nível II	4.475	6.629	-32,5%	5.070	-11,7%
Patrimônio de Referência Nível I e II	67.717	71.937	-5,9%	70.283	-3,7%
Patrimônio de Referência Exigido	34.681	32.993	5,1%	37.131	-6,6%
Parcela de Risco de Crédito Ajustada	30.720	29.532	4,0%	32.410	-5,2%
Parcelas de Risco de Mercado	2.232	1.613	38,4%	2.951	-24,4%
Parcela de Risco Operacional	1.729	1.848	-6,4%	1.770	-2,3%
Índice de Basileia II	21,5%	24,0%	-2,5 p.p.	20,8%	0,7 p.p.
Tier I (com ágio)	20,1%	21,8%	-1,7 p.p.	19,3%	0,7 p.p.
Tier II (com ágio)	1,4%	2,2%	-0,8 p.p.	1,5%	-0,1 p.p.

Valores Calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (conglomerado financeiro)

Conforme mencionamos na página 3, a Deliberação CVM 695 impactou o patrimônio líquido em R\$ 2,4 bilhões, com efeito retroativo desde 01 de janeiro de 2012. Cabe mencionar, que este impacto não está refletido retroativamente no cálculo do índice de Basileia, por tratar-se de informação regulamentar. Para 2013, este impacto foi mais do que compensado pelas novas regras de RWA, publicadas pelo Banco Central (BIS II).



CARTÕES

Em 2012, o banco fechou dois importantes acordos comerciais, um com a Sodexo, líder mundial em serviços para qualidade de vida, e outro com a Embratec (com foco prioritário na sua divisão Ecofrotas), líder do segmento de abastecimento e manutenção de frotas. Com esses acordos, os POS da Santander GetNet passarão a aceitar também os cartões Sodexo, a partir de 2013, aumentando a participação nos segmentos de bares, restaurantes e supermercados. Além disso, o Santander passará a comercializar, a oferta de serviços da Sodexo em benefícios e incentivos, principalmente dos serviços de Refeição Pass, Alimentação Pass e Vale Transporte Pass. Já da Ecofrotas, será ofertado o serviço de gestão de frota leve e pesada.

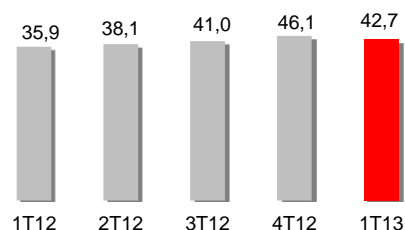
No primeiro trimestre de 2013, o Santander lançou a Conta Santander Combinada, uma proposta direcionada aos clientes, que reúne conta-corrente, cartão de crédito, pacote de serviços, cheque especial e outras vantagens diferenciadas. Desenvolvida sob quatro ofertas: Conta Combinada Free; Conta Combinada Flex; Conta Combinada Light e Conta Combinada Universitária FIT, esta proposta tem como objetivo, por um lado, oferecer opções de produtos e serviços para atender às necessidades e diferentes momentos na vida dos nossos clientes e, por outro, aumentar a vinculação. Em fevereiro de 2013 iniciamos as vendas do cartão Santander Vivo, que juntamente com o Grupo Raízen reforçam nosso foco nas alianças, ambas as parcerias visam ao crescimento da nossa base de clientes através do lançamento de produtos que venham a oferecer vantagens exclusivas nas áreas de atuação destas duas empresas, associadas aos diferenciais dos cartões do Santander.

Temos uma rede exclusiva de oportunidades para os clientes dos Cartões Santander, o Santander Esfera. Através desta rede, os clientes tem acesso a promoções diárias e descontos especiais em parceiros selecionados. Estabelecemos também uma parceria com a rede de cinemas Cinépolis, onde os clientes que efetuam a compra do ingresso com nossos cartões pagam meia entrada. Seguimos atuando junto a nossos clientes correntistas com ofertas de produtos diferenciadas, desenvolvidas para suas diferentes necessidades. Com isso seguimos com a expansão de nossa base de clientes, buscando a constante melhoria de sua satisfação. Implementamos o site SuperBônus Viagens, um portal que disponibiliza a troca de bônus por passagens, hospedagem, cruzeiros, pacotes de viagens e locação de veículos, e ainda, caso o cliente não tenha bônus suficientes para a aquisição da opção de sua escolha, ele pode pagar a diferença através de seu cartão Santander. Esta é mais uma iniciativa focada em vincular os nossos clientes e, conseqüentemente, fazer dos cartões Santander, a primeira opção de cartão de crédito para o cliente.

FATURAMENTO

O faturamento total (de crédito e débito) atingiu R\$ 42,7 bilhões no primeiro trimestre do ano, representando um incremento de 18,9% em doze meses.

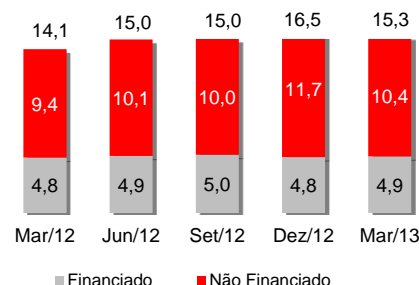
Faturamento Total
R\$ bilhões



CARTEIRA DE CRÉDITO DE CARTÕES

A carteira total de crédito de cartões apresentou no primeiro trimestre de 2013, incremento de 8,0% em relação à igual período do ano anterior e redução de 7,6% no trimestre, atingindo R\$ 15,3 bilhões de carteira total. A carteira financiada apresentou crescimento de 2,1%, em doze meses e 1,3% no trimestre.

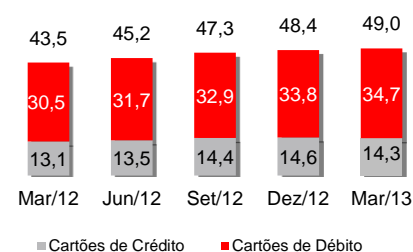
Composição da Carteira de Cartões
R\$ bilhões



BASE DE CARTÕES

A base de cartões de crédito teve um crescimento de 9,7%, em relação à igual período do ano anterior e queda de 1,9% no trimestre, atingindo 14,3 milhões de cartões. Os cartões de débito somaram 34,7 milhões no final do trimestre, com crescimento de 13,8% em um ano e de 2,7% no trimestre.

Base de Cartões
em milhões





GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Santander segue as recomendações do Código das Melhores Práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e tem suas ações e units listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (BM&FBovespa), que contempla um criterioso conjunto de regras e práticas de governança complementares à legislação vigente.

COMPOSIÇÃO SIMPLIFICADA DA BASE ACIONÁRIA

Composição acionária do Santander em 31 de março de 2013:

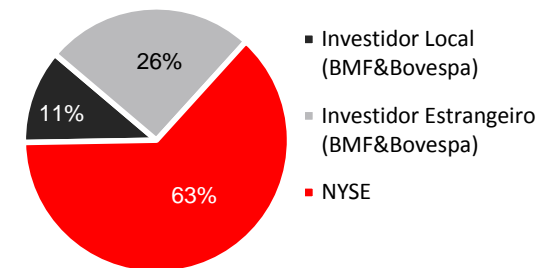
ESTRUTURA ACIONÁRIA	Ações Ordinárias (Mil)		Ações Preferenciais (Mil)		Total das Ações (Mil)	
		% ON		% PN		Total %
Grupo Santander ¹	161.340.447	75,8%	137.878.384	74,0%	299.218.830	75,0%
Ações em Tesouraria ²	633.033	0,30%	575.484	0,31%	1.208.517	0,30%
Free Float	50.868.252	23,9%	47.748.517	25,6%	98.616.769	24,7%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

1) Considera a participação das empresas: Grupo Empresarial Santander S.L., Sterrebeek B.V. e Santander Insurance Holding, S.L.

2) Considera membros do Conselho de Administração e Diretoria

O Santander Brasil conta com mais de 200 mil acionistas, dos quais aproximadamente 170 mil são investidores Pessoa Física. Relacionar-se com uma base acionária tão extensa é uma grande responsabilidade e, para atender às expectativas dos acionistas, o banco adota uma política de distribuição de dividendos consistente. O total de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") declarados em 2012 somou R\$ 2,670 bilhões. Em Março de 2013 já houve o destaque de R\$ 300 milhões, com pagamento previsto para agosto de 2013.

Free Float
Mar/13



DESEMPENHO DAS AÇÕES

SANB11

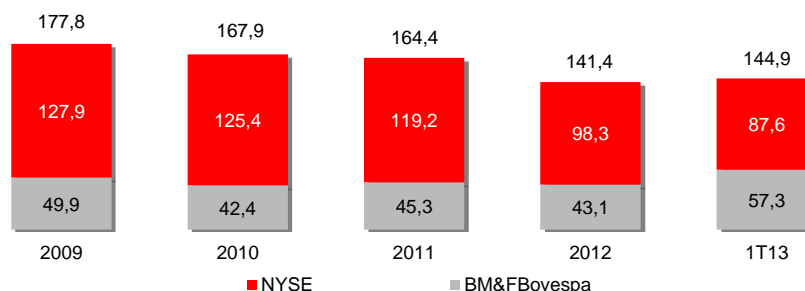
	1T13	4T12	1T12
Lucro Líquido (anualizado) por ação ¹ (R\$)	1,60	1,69	1,87
Dividendos+JCP por ação (R\$)	0,08	0,18	0,11
Preço de Fechamento (R\$)	14,6	15,0	16,8
Valor Patrimonial por ação (R\$) ²	13,5	13,3	12,6
Valor de Mercado (R\$ bi)³	55,5	56,9	63,8

1-Cálculo não leva em consideração o fato de que os dividendos atribuídos às ações preferenciais são 10% superiores ao montante atribuído às ações ordinárias.

2-Valor patrimonial exclui o ágio e já contempla o impacto retroativo de 2012, referente a Deliberação CVM 695, cujos detalhes poderão ser obtidos na página 31.

3-Valor de Mercado: total de ações (ON + PN)/105 (Unit = 50 PN + 55 ON) x preço de fechamento da Unit. Exclui o total de ações recompradas.

Volume Médio de Ações Negociadas¹ R\$ milhões



1. Para 2009, inicia após o final do período de estabilização, 1 mês após o IPO

**AGÊNCIAS DE RATING**

O Santander é classificado por agências internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas principais agências:

RATINGS	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings (perspectiva)	BBB (negativo)	F2	BBB (negativo)	F2	AAA (bra) (negativo)	F1+ (bra)
Standard & Poor's (perspectiva)	BBB (estável)	A-2	BBB (estável)	A-2	brAAA (estável)	brA-1
Moody's (perspectiva)	Baa1 (estável)	Prime-2	Baa2 (positiva)	Prime-2	Aaa.br (estável)	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas agências de Rating: Fitch Ratings (20 de dezembro de 2012); Standard & Poor's (18 de dezembro de 2012) e Moody's (27 de junho de 2012).



GESTÃO DE RISCOS

GOVERNANÇA CORPORATIVA DA FUNÇÃO DE RISCOS

A estrutura do Comitê Executivo de Riscos do Banco Santander é definida conforme os mais altos padrões de gestão prudente e visão cliente, junto ao Grupo Santander Espanha:

- Aprovar as propostas, operações e limites de clientes e carteiras;
- Autorizar as ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pela Comissão Executiva e pelo Grupo Santander Espanha; e
- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Risco, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco.

A função de riscos no Banco é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócios tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao presidente do Banco Santander e ao responsável de Riscos do Grupo Santander Espanha.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que encaixam em dois tipos de enfoques:

- Metodologia e controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos; e
- Riscos nos negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca definir estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

A função de riscos de crédito é desenvolver políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito, de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva.

Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na Gestão de Riscos de Crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na

identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, em nível individual ou agrupado por semelhança.

RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio;
- Participação efetiva da Administração nas tomadas de decisão;
- Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais;
- Decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais;
- Uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC, VaR (Value at Risk, ou Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras;
- Enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão;
- Manutenção de um perfil previsível com risco conservador (médio/baixo) e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado. Isso é feito pela diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo Banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras; e
- Definição de políticas e procedimentos que constituem o Marco Corporativo básico de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco.



RISCOS OPERACIONAIS, CONTROLES INTERNOS, LEI SARBANES-OXLEY E AUDITORIA INTERNA

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a vice-presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, assegurando através de um Modelo de Gestão a adequada identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas decorrentes dos riscos operacionais. Adicionalmente, a atuação na prevenção aos riscos operacionais, tecnológicos e a gestão da continuidade de negócios, corroboram no contínuo fortalecimento do sistema de controles internos e atendem às determinações dos Órgãos Reguladores, Novo Acordo da Basileia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework*.

Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras reconhecidas como detentoras das melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Alta Administração é parte atuante e está alinhada com a missão das áreas, reconhecendo, participando e compartilhando da responsabilidade na contínua melhoria da cultura e estrutura para a gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do sistema de controles internos, e assim assegurar o cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidos, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander, optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2012, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, foi concluída em fevereiro de 2013 e não identificou qualquer incidência considerada material. Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios anuais e sociais, os quais estão disponíveis em: www.santander.com.br/ri..

A Auditoria Interna depende diretamente do Conselho de Administração, sendo, o Comitê de Auditoria o encarregado pela supervisão da atuação de seus serviços. Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Banco Santander abaixo de seu escopo de aplicação.

Ao longo do ano de 2012, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna, conforme seu plano anual. O Comitê de Auditoria analisou, na sua reunião anual de 2012, o plano de trabalho anual da divisão de auditoria interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2012.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Santander, a área de Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como uma ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco de cada unidade, considerando seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações, sua dimensão, a qualidade de sua carteira de crédito, etc.

Além disso, pelo menos anualmente, os programas de trabalho são revisados, documentos que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas. Durante o ano de 2012, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das unidades que foram escopo de análise, avaliando tanto a eficácia na concepção, quanto o funcionamento dos controles analisados.

RISCO AMBIENTAL E SOCIAL

O gerenciamento de risco socioambiental para o segmento de atacado é realizado através de um sistema de gestão dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$ 1 milhão, que considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades. Uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia de Saúde e Segurança, Geologia e Engenharia Química, monitoram as práticas ambientais dos nossos clientes pessoa jurídica. A equipe de análise financeira estuda o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Atacado.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Santander Universidades e o *AfroReggae* realizaram, em Vigário Geral, o “2º. Seminário Internacional de Empreendedorismo para Comunidades”, com o objetivo de discutir os rumos do empreendedorismo nas comunidades e trocar experiências com cases de sucesso.

O Seminário é parte do Programa Rio Comunidades, lançado em maio de 2011, em parceria com o Grupo Cultural *AfroReggae*. Cerca de 10 mil moradores de comunidades do Rio de Janeiro já foram beneficiados, entre bolsas de estudo de espanhol em Salamanca (12 pessoas); bolsas de ensino à distância de idiomas e empreendedorismo (1.700 pessoas); inclusão digital por meio Espaço Digital da Vila Cruzeiro / Núcleo do *AfroReggae* (8.000 pessoas) e palestras de orientação financeira (mais de 500 pessoas). A expectativa é beneficiar mais de 200 mil pessoas até o final de 2016.

O Santander Microcrédito iniciou o ano de 2013 com bons resultados em volume de desembolso e na gestão de sua carteira. No período de janeiro a março foram desembolsados R\$108.3 Milhões (8% superior ao período de 2012) e a taxa de adimplência se manteve em níveis satisfatórios e fechou o trimestre em 94,8%.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 15 de fevereiro de 2013 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária do Banco Santander, que aprovou a proposta de outorga dos “Planos de Diferimento de Bônus” referentes a 2012, para administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários da Companhia e de sociedades sob seu controle, conforme proposta aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de dezembro de 2012.

Em 14 de março de 2013, foram homologados pelo Banco Central do Brasil os processos de eleição dos de novos membros da Diretoria Executiva: Sr. Manoel Marcos Madureira, que tomou posse como Diretor Executivo; e como Diretores sem Designação Específica, a Sra. Ana Paula Nader Alfaya e os Srs. Carlos Alberto Seiji Nomoto, Fernando Díaz Roldán e Nilton Sergio Silveira Carvalho.

Em 18 de março de 2013 foi realizada reunião do Conselho de Administração, que aprovou a eleição dos membros do Comitê de Auditoria, para um novo mandato de um ano. Assim, o Comitê de Auditoria passou a ser composto por três membros: Sr. Celso Clemente Giacometti, como membro independente; Sr. René Luiz Grande, como coordenador e a Sra. Elidie Palma Bifano, como membro técnico qualificado. O processo de eleição, encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil.


BALANÇO PATRIMONIAL

Conforme mencionamos na página 3, os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 31 deste documento.

ATIVO (R\$ Milhões)	Mar/13	Dez/12	Set/12	Jun/12	Mar/12
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	426.550	426.108	421.117	413.111	393.073
Disponibilidades	5.256	4.742	4.522	4.849	5.658
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	47.250	36.771	40.609	29.251	29.220
Aplicações no Mercado Aberto	32.458	21.354	28.432	17.300	21.535
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.950	4.616	4.569	4.961	4.948
Aplicações em Moedas Estrangeiras	10.843	10.801	7.607	6.990	2.738
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	71.830	76.832	63.563	69.712	62.870
Carteira Própria	36.541	37.869	30.263	18.716	28.047
Vinculados a Compromissos de Recompra	16.533	20.225	14.404	33.578	19.191
Vinculados ao Banco Central	1.274	1.487	2.038	1.690	1.579
Vinculados à Prestação de Garantias	13.315	12.417	12.003	10.454	10.319
Outros	4.167	4.834	4.855	5.276	3.733
Relações Interfinanceiras	34.004	34.517	40.081	40.910	44.098
Créditos Vinculados:	32.392	34.479	38.485	39.430	42.438
-Depósitos no Banco Central	32.222	34.310	38.275	39.224	42.236
-SFH - Sistema Financeiro da Habitação	169	169	210	206	202
Outros	1.612	38	1.596	1.480	1.660
Relações Interdependências	1	2	1	2	3
Carteira de Crédito	196.434	197.370	192.812	191.894	187.355
Carteira de Crédito	211.703	211.959	207.334	205.632	199.333
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Liquidação Duvidosa)	(15.317)	(14.589)	(14.522)	(13.738)	(11.979)
Outros Créditos	70.154	74.258	77.991	74.931	62.413
Carteira de Câmbio	31.583	36.199	40.913	36.986	29.508
Créditos Tributários	18.936	18.550	18.547	18.564	16.886
Outros	19.635	19.509	18.532	19.382	16.019
Outros Valores e Bens	1.621	1.617	1.538	1.561	1.457
Permanente	22.051	22.860	23.286	23.853	24.172
Investimentos Temporários	45	40	40	38	40
Imobilizado de Uso	5.752	5.602	5.257	5.041	4.951
Intangível	16.254	17.218	17.989	18.774	19.181
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.241	26.172	26.172	26.175	27.037
Outros Ativos Intangíveis (Amortizações Acumuladas)	(7.099)	(16.072)	(15.216)	(14.284)	(14.161)
Total do Ativo	448.601	448.968	444.404	436.964	417.245



PASSIVO (R\$ Milhões)	Mar/13	Dez/12	Set/12	Jun/12	Mar/12
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	384.184	384.466	380.218	372.776	352.805
Depósitos	122.776	126.545	122.426	121.819	122.907
Depósitos à Vista	12.717	13.457	11.966	11.949	11.817
Depósitos de Poupança	27.915	26.857	25.727	24.763	23.922
Depósitos Interfinanceiros	3.474	3.392	2.990	3.056	2.953
Depósitos a Prazo	78.669	82.839	81.743	82.051	84.214
Captações no Mercado Aberto	79.663	72.529	73.139	69.646	66.548
Carteira Própria	55.742	56.655	51.519	54.625	51.222
Carteira de Terceiros	14.195	7.344	15.373	8.752	8.460
Carteira de Livre Movimentação	9.726	8.530	6.247	6.268	6.865
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	58.498	56.294	51.622	51.630	47.406
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	40.115	39.742	37.800	38.931	36.807
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	17.127	15.298	12.575	11.245	9.805
Outras	1.257	1.253	1.247	1.454	793
Relações Interfinanceiras	1.710	19	1.560	1.406	1.530
Relações Interdependências	1.261	2.002	795	1.091	1.195
Obrigações por Empréstimos	16.024	16.001	15.474	14.643	13.108
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	9.737	9.385	9.395	9.772	10.063
BNDES	5.417	5.190	5.110	5.445	5.441
FINAME	4.117	3.940	4.065	4.189	4.441
Outras Instituições	203	255	220	137	181
Obrigações por Repasses do Exterior	27	41	45	396	499
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.132	5.205	5.284	5.464	3.805
Outras Obrigações	90.355	96.446	100.479	96.909	85.744
Carteira de Câmbio	31.948	36.399	40.920	36.781	29.761
Fiscais e Previdenciárias	17.356	16.832	17.285	16.781	15.838
Dívidas Subordinadas	11.407	11.919	11.696	11.454	11.199
Outros	29.644	31.296	30.578	31.893	28.947
Resultados de Exercícios Futuros	275	222	219	218	202
Participação dos Acionistas Minoritários	912	829	594	558	552
Patrimônio Líquido	63.230	63.452	63.372	63.411	63.687
Total do Passivo	448.601	448.968	444.404	436.964	417.245



RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL

De acordo com as regras fiscais brasileiras, o ganho (perda) com a variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira não é tributável (dedutível). Esse tratamento fiscal leva a exposição cambial na linha de impostos. Uma posição de hedge de câmbio foi montada com o objetivo de tornar o Lucro Líquido protegido contra as variações cambiais relacionadas com esta exposição cambial nas linhas de impostos.

Conforme mencionamos na página 3, os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 31 deste documento.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL¹ (R\$ Milhões)

	1T13	4T12	3T12	2T12	1T12
Margem Financeira Bruta	7.658	7.813	8.111	8.379	8.077
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.371)	(3.096)	(3.228)	(3.808)	(3.091)
Margem Financeira Líquida	4.287	4.717	4.883	4.571	4.986
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	2.699	2.639	2.542	2.370	2.473
Despesas Gerais	(3.891)	(4.132)	(4.013)	(3.832)	(3.865)
Despesas de Pessoal+PLR	(1.753)	(1.850)	(1.835)	(1.784)	(1.829)
Outras Despesas Administrativas ²	(2.138)	(2.282)	(2.178)	(2.048)	(2.036)
Despesas Tributárias	(750)	(786)	(778)	(771)	(803)
Resultados de Participações em Coligadas e Controladas	0	(0)	0	0	0
Outras Receitas / Despesas Operacionais ³	(831)	(820)	(960)	(827)	(881)
Resultado Operacional	1.513	1.618	1.675	1.513	1.911
Resultado não operacional	87	36	(2)	(8)	43
Resultado antes de Impostos	1.600	1.654	1.673	1.505	1.954
Imposto de Renda e Contribuição Social	(38)	(6)	(128)	(14)	(148)
Participações dos Acionistas Minoritários	(43)	(41)	(36)	(18)	(31)
Lucro Líquido do Período	1.519	1.607	1.509	1.473	1.774

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio e o efeito do hedge fiscal e considera a reclassificação de recuperação de crédito, conforme página 29.

2. Despesa administrativa exclui 100% da despesa de amortização do ágio, referente à aquisição do Banco Real.

3. Inclui Receita Líquida de Prêmios, Renda de Previdência e Capitalização

HEDGE FISCAL (R\$ Milhões)

	1T13	4T12	3T12	2T12	1T12
Margem Financeira	288	(140)	(95)	(1.511)	309
Despesas tributárias	(42)	3	(2)	152	(43)
Imposto e Renda	(247)	137	98	1.359	(267)



RECONCILIAÇÃO ENTRE O RESULTADO CONTÁBIL E O RESULTADO GERENCIAL

Para melhor compreensão dos resultados em BR GAAP a seguir apresentamos, a reconciliação entre o resultado contábil e o resultado gerencial. Cumpre esclarecer que estes ajustes, com exceção da amortização do ágio referente à aquisição do Banco Real, não têm efeito sobre o lucro líquido. Todas as informações, indicadores e comentários relativos à Demonstração de Resultados neste relatório consideram o Resultado Gerencial, exceto quando citado.

Conforme mencionamos na página 3, os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 31 deste documento.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	1T13	Reclassificações				1T13
	Contábil	Hedge Fiscal ¹	Recup. Crédito ²	amort. do ágio ³	Part. no Lucro	Gerencial
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	8.291	288	345			7.658
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.716)		(345)			(3.371)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	4.575	288	-		-	4.287
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	2.699					2.699
Despesas Gerais	(4.555)	-	-	(909)	245	(3.891)
Despesas de Pessoal	(1.507)				245	(1.753)
Outras Despesas Administrativas	(3.048)			(909)		(2.138)
Despesas Tributárias	(792)	(42)				(750)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	0					0
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(831)					(831)
RESULTADO OPERACIONAL	1.096	247	-	(909)	245	1.513
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	87					87
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	1.183	247	-	(909)	245	1.600
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(285)	(247)				(38)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(245)				(245)	-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(43)					(43)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	609	-	-	(909)	-	1.519

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	1T12	Reclassificações				1T12
	Contábil	Hedge Fiscal ¹	Recup. Crédito ²	amort. do ágio ³	Part. no Lucro	Gerencial
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	8.720	309	334			8.077
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.424)		(334)			(3.091)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	5.295	309	-		-	4.986
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	2.473					2.473
Despesas Gerais	(4.410)	-	-	(909)	365	(3.865)
Despesas de Pessoal	(1.464)				365	(1.829)
Outras Despesas Administrativas	(2.945)			(909)		(2.036)
Despesas Tributárias	(846)	(43)				(803)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	0					0
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(881)					(881)
RESULTADO OPERACIONAL	1.633	267	-	(909)	365	1.911
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	43					43
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	1.676	267	-	(909)	365	1.954
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(415)	(267)				(148)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(365)				(365)	-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(31)					(31)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	865	-	-	(909)	-	1.774



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	4T12	Reclassificações					4T12
	Contábil	Hedge Fiscal ¹	Recup. Crédito ²	amort. do ágio ³	Part. no Lucro	Outros ⁴	Gerencial
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	8.029	(140)	505			(148)	7.813
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.601)		(505)				(3.096)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	4.428	(140)	-		-	(148)	4.717
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	2.639						2.639
Despesas Gerais	(4.849)	-	-	(909)	193		(4.132)
Despesas de Pessoal	(1.657)				193		(1.850)
Outras Despesas Administrativas	(3.191)			(909)			(2.282)
Despesas Tributárias	(783)	3					(786)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	(0)						(0)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(820)						(820)
RESULTADO OPERACIONAL	616	(137)	-	(909)	193	(148)	1.618
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	185					148	36
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	801	(137)	-	(909)	193	-	1.654
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	131	137					(6)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(193)				(193)		-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(41)						(41)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	697	(0)	-	(909)		-	1.607

1. Hedge Fiscal: de acordo com as regras fiscais brasileiras, o ganho (perda) com a variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira não é tributável (dedutível). Esse tratamento fiscal leva a exposição cambial na linha de impostos. Uma posição de hedge de câmbio foi montada com o objetivo de tornar o Lucro Líquido protegido contra as variações cambiais relacionadas com esta exposição cambial na linha de impostos.

2. Recuperação de Crédito: Reclassificada da linha de receita de operações de crédito para provisões de crédito.

3. Amortização de Ágio: Reversão das despesas com amortização de ágio referente à aquisição do Banco Real.

4. Outros: O Banco Santander registrou ganho de equivalência patrimonial - R\$ 148,5 milhões - referente à empresa controlada que detém investimentos de natureza temporária (private equity) e negócios relacionados aos serviços complementares aos serviços bancários.


DELIBERAÇÃO CVM 695

Em 13 de dezembro de 2012 a CVM aprovou, por meio da deliberação CVM 695, o Pronunciamento Técnico CPC 33, que trata de benefícios a empregados, principalmente planos de pensão, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais IAS 19. Este pronunciamento entrou em vigor em janeiro de 2013, com efeito retroativo para 2012, a fim de assegurar maior comparabilidade.

Esta seção destaca os principais impactos dessa nova prática contábil no balanço e nas contas de resultados de 2012.

Do ponto de vista do balanço os déficits não provisionados, de planos de pensão e planos de saúde patrocinados pelo banco, foram reconhecidos integralmente como um passivo contra o patrimônio líquido, líquido de impostos. A tabela abaixo mostra o impacto em cada conta do balanço:

ATIVO (R\$ Milhões)	2012	4T12	1T12
Outros Créditos	1.615	1.615	1.615
Créditos Tributários	1.615	1.615	1.615
Total do Ativo	1.615	1.615	1.615

PASSIVO (R\$ Milhões)	2012	4T12	1T12
Outras Obrigações	4.045	4.045	4.045
Diversos	4.045	4.045	4.045
Participação dos Acionistas Minoritários	(12)	(12)	(12)
Patrimônio Líquido	(2.418)	(2.418)	(2.418)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.418)	(2.418)	(2.418)
Total do Passivo	1.615	1.615	1.615

Com relação à Demonstração de Resultados, esta nova prática impactou positivamente o Lucro antes de Impostos e o Lucro Líquido de 2012 em R\$ 56,6 milhões e R\$ 33,9 milhões, respectivamente. O impacto trimestral é um quarto do impacto anual. A tabela abaixo mostra o impacto em cada conta da Demonstração de Resultados:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (R\$ Milhões)	2012	4T12	1T12
Despesas Gerais	(21,7)	(5,4)	(5,4)
Despesas de Pessoal	(21,7)	(5,4)	(5,4)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	78,3	19,6	19,6
Outras Despesas Operacionais	78,3	19,6	19,6
Resultado antes de Impostos	56,6	14,1	14,1
Impostos	(22,6)	(5,7)	(5,7)
Ativo Fiscal Diferido	(22,6)	(5,7)	(5,7)
Lucro Líquido	33,9	8,5	8,5

